**O ensino de língua inglesa e a interpretação em Libras na escola inclusiva**

**XI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**A pesquisa em Educação: aprofundamento epistemológico e compromisso com as demandas sociais**

**31 mar., 1 e 2 abr. 2020 – Montes Claros (MG)**

**Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)**



**Nágylla Telles Dias**

G – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

[nagylatelles@gmail.com](mailto:nagylatelles@gmail.com)

**Leonardo Neves Correa**

Orientador – Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

[leonardonevescorrea@gmail.com](mailto:leonardonevescorrea@gmail.com)

**RESUMO:**

Essa comunicação visa a analisar a fala de um grupo de intérpretes de Libras com experiência na área de ensino de língua inglesa para surdos em contextos de inclusão, a fim de identificar quais são suas percepções sobre a prática nesse campo, e a partir destas, tecer encaminhamentos para a criação de uma política de ensino de língua de base, que contemple as necessidades daqueles envolvidos nesse contexto no dia-a-dia. A pesquisa, classificada como uma pesquisa participativa, é embasada na pesquisa de Rourke (2014) que visa a fornecer instrumentos para que a população possa discutir problemas públicas de forma mediada e deliberada. Para tanto, utilizando o referencial de ‘análise de conteúdos’ (BARDIN, 2011), serão analisadas transcrições de uma grupo-focal com os intérpretes de Libras atuantes em aulas de inglês para surdos, buscando identificar os principais temas, preocupações e possíveis encaminhamentos para uma politica efetiva de ensino de inglês nesse contexto.

**Palavras-Chave:** ensino de língua inglesa; Libras; políticas educacionais; enquadramento deliberativo.

**1 INTRODUÇÃO**

A importância da escola na formação do indivíduo é de conhecimento de todos e graças à Constituição Federal de 1988, artigos 205 e 208, o direito à educação é assegurado a todas as pessoas, incluindo-se nesse rol, as pessoas com necessidades especiais, de preferência na rede regular de ensino. Esse direito à educação garantido às pessoas com deficiência nas escolas regulares é o que hoje conhecemos como escola inclusiva. Essa conquista se deu através de documentos internacionais e também nacionais e que possibilitaram a visibilidade da inclusão, conferindo a ela forças e a atribuindo à constituição nas diretrizes educacionais do país. No entanto, a inclusão não somente a transferência de alunos com necessidades especiais para a escola comum, a inclusão vai muito além, consistindo em acolhimento e um ambiente que possibilite de forma efetiva o processo de ensino e aprendizagem para esses alunos.

A inclusão ainda é algo delicado e difícil de lidar para alguns professores, pois em algumas áreas, não há orientações e nem preparo especializado para que possam lidar com essas novas formas de abordagens e práticas pedagógicas de forma a não lesar nenhum aluno com deficiência, em seu direito ao aprendizado.

De acordo com Lima (2011 apud CARVALHO, 2014, p. 96):

[I]sso [o processo de inclusão] tem gerado novos desafios para os segmentos mais diretamente envolvidos nesse processo – alunos portadores de necessidades educativas especiais, alunos ditos normais, professores, intérpretes, entre outros –, porque essa determinação não veio acompanhada de maiores reflexões sobre o currículo, que envolvem o significado da inclusão para esses sujeitos e as condições de trabalho presentes nas escolas.

Ou seja, a inclusão embora tenha o seu lado bom e seja uma postura correta e ideal para o convívio de todos os indivíduos em sociedade, ao que diz respeito à educação, ainda gera situações delicadas, pois não há uma reflexão e preparo quanto às estratégias pedagógicas, metodológicas, estruturais e linguísticas que auxiliem os professores na responsabilidade que é ter um aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula.

No que diz respeito à esta pesquisa, fizemos um recorte, pois, o foco será o estudo sobre práticas interpretativas da Libras para o aluno surdo numa sala de aula de inglês na escola inclusiva, cujo objetivo é compreender as funções atribuídas a esse intérprete em sua prática.

No ano de 2002 a LIBRAS foi reconhecida como a Língua Oficial da Pessoa Surda, de acordo com a Lei nº 10.436/02 e do Decreto nº 5.626/05, ou seja, o que se pode compreender disso é que a língua materna do surdo passa a ser a Libras, e o português ocupa o lugar de L2. Dessa forma, ao promulgar a Lei nº 10.098/00, o Estado estabeleceu normas e critérios que promovem a acessibilidade das pessoas com deficiência, e em seu artigo 18, há a viabilização da presença do intérprete de Libras, de forma a facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com surdez. Logo, o intérprete de libras passa a fazer parte da rotina das escolas inclusivas.

As funções atribuídas ao intérprete são, de acordo com Medeiros e Ferreira (2010, p. 106), “Esse profissional é aquele que, tomando a posição do sinalizador ou do falante, transmite os pensamentos, palavras, emoções do sinalizador/comunicador/falante servindo de elo entre duas modalidades de comunicação.”, no entanto, no que tange ao ensino de Língua Estrangeira, as suas funções passam a ser questionadas, uma vez, em muitos casos, é o intérprete que vem a tomar a posição de educador, é através dele, e de sua forma de interpretar a língua falada, que o aluno surdo recebe as informações. Dessa forma, a interpretação em Libras pode ser um aliado ou não. Devido a essa dúvida que essa pesquisa se faz relevante.

**2 JUSTIFICATIVA**

A Língua Estrangeira definida pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96) é a língua inglesa e dentro do contexto escolar inclusivo, direcionando o estudo para alunos surdos, é de extrema importância estudar as funções e atribuições do intérprete de Libras na sala de aula de inglês, uma vez que há uma grande responsabilidade em suas traduções, pois, em alguns casos, o intérprete pode vir a tomar a posição de educador, pois é ele quem se comunica diretamente com o aluno surdo.

A regulamentação para intérprete de Libras exige que o mesmo possua domínio e fluência na Língua de Sinais, mas não lhe é exigido que possua domínio da Língua Estrangeira a ser ensinada na escola. Para a interpretação, é importante que a compreensão do conteúdo seja claro, pois ao repassar a informação por meio de sua interpretação, o profissional pode, sem intenção, interpretar uma informação erroneamente, o que pode vir a prejudicar o aprendizado do aluno.

Portanto, essa pesquisa se faz relevante, pois busca compreender as funções atribuídas ao intérprete de Libras numa sala de aula de ensino de inglês na escola inclusiva.

**3 HIPÓTESE**

O intérprete de Libras se faz indispensável no ambiente escolar, pois como já mencionado, sua função, atribuída pelo Decreto nº 5.626/05, é o de mediar a comunicação, transmitindo pensamentos, palavras e emoções entre os comunicadores, servindo de ponte entre as Línguas Orais e Línguas sinalizadas. Logo, o que se busca nessa pesquisa é compreender a mediação estabelecida entre o professor, intérprete e aluno no ensino e aprendizado da Língua Inglesa por meio da língua de sinais Brasileira, visando auxiliá-los nessa mediação, para que possa se tornar mais confortável para todos.

**4 OBJETIVOS**

**4.1 OBJETIVO GERAL**

Verificar quais as funções atribuídas aos intérpretes de Libras nas aulas de língua inglesa em Montes Claros/ MG.

**4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Os objetivos específicos dessa pesquisa são:

* Realizar entrevistas com intérpretes de Libras em salas de aulas de língua inglesa na escola regular.
* Identificar na fala dos intérpretes aspectos da prática de interpretação.
* Apontar quais funções atribuídas ao intérprete de Libras e quais delas eles se identificam.

**5 REFERENCIAL TEÓRICO**

Diante da necessidade de mais pesquisas acerca do tema proposto, buscou-se pesquisas anteriores que pudessem adicionar experiências e informações no estudo aqui proposto. Para tanto, usamos como base a pesquisa das professoras Medeiros e Ferreira (2010), de título : “O aluno surdo aprendendo inglês em escola inclusiva: uma

perspectiva Vygotskiana”.

A pesquisa tomada como base, partiu de uma análise feita por meio de observações de aulas de inglês com alunos surdos no qual os alunos discutem um texto com a intérprete. A fundamentação teórica abordada se deu sob a luz do parâmetro sociocultural de Vygotsky (1998) que discutiu os conceitos de Zona de desenvolvimento proximal, internalização e andaimes (scaffolding).

Em primeiro momento, Medeiros e Ferreira (2010) estabeleceram os esclarecimentos acerca das leis que versam sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. Também foi apresentado os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira (PCN-LE), que asseguram a importância do ensino de Língua Estrangeira dentro do currículo escolar.

No entanto, O PCN- LE não trás em seu texto, informações sobre como lidar com alunos que necessitam de uma atenção especial, o que torna o trabalho do professor de inglês um desafio. Buscando encontrar uma forma de amparar a conduta do professor de uma sala de aula inclusiva, buscou-se fundamentação teórica que possa fornecer uma reflexão sobre o processo educacional do surdo.

O estudo foi embasado sob a perspectiva sociocultural, que conforme ensina Figueiredo (2006, apud MEDEIROS E FERREIRA, 2010, p. 106, “A teoria sociocultural pressupõe que o homem é um ser social e aprende por meio da interação com outras pessoas. Ou seja, o contexto escolar proporciona essa interação do aluno surdo com outras pessoas, seja ela com o professor e/ou intérprete, ou com os colegas de sala.

As autoras ainda aproveitaram para analisar a visão de Vygotsky (1998), na qual se discutem os conceitos de zona de desenvolvimento proximal, internalização e andaimes (*scaffolding*).

Medeiros e Ferreira (2010) nos informam que Vygotsky (1998) acredita que o surdo deva ser bilíngue, ou seja, internalizar a língua de sinais, sua L1 e também o português (L2), pois a partir da aproximação à cultura surda, o indivíduo evita atrasos na linguagem.

Para Vygotsky (1998, apud MEDEIROS E FERREIRA, 2010, p. 106), “todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica)”. O autor também propõe o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que consiste na distância entre o nível de desenvolvimento real, ou seja, aquilo que o aluno é capaz de fazer de forma autônoma; e o nível de desenvolvimento potencial, que é o que o aluno consegue realizar em colaboração com outra pessoa.

Na escola o desenvolvimento proximal do aluno é de responsabilidade do professor, porém, na pesquisa feita por Medeiros e Ferreira (2010), essa responsabilidade restou realocada na figura do intérprete de Libras, pois foi o intérprete a pessoa a ter mais experiência e informação para tornar o cotidiano do aluno surdo nas aulas de inglês possível.

As autoras ensinam que ao usar a L1 (Libras) e a L2 (português), há a representação do *scaffolding.* O uso da L2 nas aulas de Língua Estrangeira é muito comum, no entanto, não é um impedimento de aprendizagem. Conforme informam as autoras, a Língua Materna auxilia os alunos na construção de significados da Língua Estrangeira.

A conclusão que Medeiros e Ferreira (2010) chegaram é a de que é possível o aprendizado da Língua Estrangeira, por alunos surdos na escola regular, através do oferecimento de *scaffoldings* ocorre a internalização da língua alvo bem como da Língua de sinais. Dessa forma, concluiu-se que o bilinguismo é importante nesses casos, uma vez que o surdo precisa conviver com a comunidade surda, de forma a construir sua identidade.

As autoras deixaram em aberto sua pesquisa para aprimoramentos, de forma a melhorar e tornar cada vez mais possível o ensino eficaz de língua inglesa para alunos surdos, na rede regular de ensino.

**6 METODOLOGIA**

Quanto a sua natureza, esta pesquisa é classificada como básica, pois, objetiva a produção de novos conhecimentos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista incialmente.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa é descritiva, pois busca descrever características de determinado fenômeno.

.Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa é classificada como Levantamento, pois, para Gil (2002, p. 50):

“As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.”

Quanto ao tipo de abordagem, esta pesquisa é classificada como qualitativa, pois, de acordo com Gil (2002, p. 133): “Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.”

Logo, o que se busca nessa pesquisa, através da abordagem qualitativa é o aprofundamento da compreensão de um grupo social, mediante análise de dados colhidos nas entrevistas.

Para a realização dessa pesquisa seguirá algumas etapas. Primeiramente, será realizado uma pesquisa bibliográfica compreender as atribuições e funções do intérprete de Libras na escola regular. Concomitantemente, serão observadas aulas onde ocorrerão aulas de inglês com alunos surdos e intérpretes de Libras, em alguma escola regular da cidade de Montes Claros-MG.

Em um segundo momento será elaborado um questionário abordando as funções que são atribuídas a esses profissionais, quais delas eles se identificam e será oportunizado a eles um espaço para acrescentarem suas opiniões.

Por fim, após a aplicação do questionário, será relatado nessa pesquisa às análises colhidas ao longo da observação e diante dos relatos dos profissionais entrevistados.

7. RESULTADOS PARCIAIS E CONCLUSÃO:

A pesquisa ainda encontra-se em sua segunda fase, a de análise. Entrevistamos recentemente um grupo de intérpretes de Libras, conforme especificamos anteriormente. Nesse momento, estamos analisando os dados à luz da Análise de Conteúdo Temático. Prevemos que no momento da apresentação, a análise completa já estará disponível.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. (2000). Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. . Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CARVALHO, Raquel Araújo Mendes de. **DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA PARA SURDOS.**2014. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras e Linguística, Programa de Pós- Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4815>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Constituição (1988). Constituição da Federal nº 1988, de 05 de outubro de 1988. **Lei**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

DECRETO. Lei (2005). Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. **Decreto**. Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/decreto-5626-05>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Constituição (1990). Lei nº 8069, de 13 de julho de 1991. **Eca**. Brasília, DF, 13 jul. 191. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

LEI DA ACESSIBILIDADE. Constituição (2000). Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000. **Lei da Acessibilidade**. Brasília , DF, 19 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

LEI DE DIRETRIZES E BASES. Constituição (1996). Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 14 nov. 2019.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. Constituição (2002). Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. **Língua Brasileira de Sinais e Outras Disposições**. Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

MAGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. O PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA INCLUSIVA. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, São Gotardo, n. , p.73-86, jun. 2013. Semestral. ISSN 2237-3098. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/download/108/147>. Acesso em: 14 nov. 2019.

MEDEIROS, Tânitha Gléria de. **Concepções de Professores de Inglês e Intérpretes Diante Das Políticas Educacionais Inclusivas e a Prática do Ensino de Inglês para Alunos Surdos.**2011. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras e Línguística, Programa de Pós- Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2410>. Acesso em: 14 nov. 2019.

MEDEIROS, Tânitha Gléria de; FERREIRA, Maria Cristina Faria Dalacorte. O aluno surdo aprendendo inglês em escola inclusiva:: uma perspectiva Vygotskiana. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 36, p.103-115, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1436>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SILVA, Angelita Duarte da; FERREIRA, Maria Cristina Faria Dalacorte. **O intérprete de Libras na sala de aula de língua inglesa.**2012. 5 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras e Linguística, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2012. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-angelita-duarte.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.